

Relatório da Administração

Pradópolis, 24 de junho de 2013. Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2013. No exercício social de 2013 - safra 12/13 - o Grupo São Martinho processou 12,9 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 21,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, consequência da recuperação da produtividade de nossos canaviais, além da consolidação proporcional da Santa Cruz em nossos resultados (32,19%) - participação essa adquirida em novembro/2011. No exercício social de 2013, destacamos-se ainda os seguintes eventos: Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia divulgou Fato Relevante informando ao mercado a aquisição dos contratos de arrendamento e fornecedores referentes à Usina São Carlos (ex-Biosev), totalizando 1.850.000 toneladas de cana de açúcar ao valor de R\$ 196,5 milhões; Continuidade nos investimentos destinados ao projeto de cogeração da Usina São Martinho, para atingir capacidade total de 250.000 MW/h; Investimentos industriais e agrícolas na Usina Boa Vista para alcançar moagem de 4,0 milhões de toneladas na safra 13/14; Abaixo, detalhamos o andamento de nossos negócios durante o exercício de 2013 bem como as perspectivas para a safra 13/14 (exercício social de 2014). Diretor Presidente - Fábio Venturelli. **1. Descrição dos Negócios:** A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e álcool do Brasil - possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP); Iracema, em Itacemópolis (região de Limeira, SP); Boa Vista (Quirinópolis), a 300km de Goiânia, GO) e Santa Cruz (região de América Brasileira, a 45km da Usina São Martinho). Na safra 12/13, o Grupo São Martinho processou 12,9 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 21,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, consequência da melhor produtividade de nossos canaviais, além da consolidação proporcional da Santa Cruz em nossos resultados (32,19%). Nossa receita líquida consolidada na safra 12/13 atingiu R\$ 1.635,9 milhões, tendo sido 63,5% destinada para o mercado externo e 36,5% para o mercado interno. **2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado:** De acordo com a UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar), a região centro-sul encerrou a safra 12/13 com moagem efetiva de 532,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (+8,0%), produzindo 34,1 milhões de toneladas de açúcar (+9,0%) e 21,3 bilhões de litros de etanol (+4,0%). Diante do aumento da oferta, os preços médios do etanol e açúcar apresentaram retração quando comparamos com o ano anterior. Os preços etanol anidro e hidratado recuaram 9,7% e 6,6%, respectivamente e o açúcar caiu 3% - conforme Cepea Esalq. A Companhia realiza hedge de suas vendas de açúcar através do mercado futuro, e conseguiu preços médios superiores ao mercado.

Maiores informações sobre o cenário de açúcar neste documento na seção Perspectivas - Açúcar. **3. Gestão de Pessoas:** Pautado em um modelo de Gestão de Pessoas atualizado e abrangente, assim como pilares sólidos para atrair, formar e reter pessoas, o Grupo São Martinho visa propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes, estudar novas tecnologias e parcerias para agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da Companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético. Algumas ferramentas e programas são desenvolvidos pela Companhia. **Estagiário:** O objetivo é preparar-los através da integração dos conhecimentos da escola e da organização. A meta é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno por meio da complementação do ensino-aprendizagem prática. Com essa interação, o Grupo acredita que o aluno e a empresa ganham através do estímulo ao aperfeiçoamento técnico do estagiário e de seus colaboradores. **Aprendiz:** Através de convênios com instituições como SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Companhia prepara tecnicamente novos profissionais de acordo com sua demanda e cria oportunidade de acesso ao mercado de trabalho aos jovens, através do primeiro emprego. **Trainee:** Realizado a cada dois anos, busca formar profissionais para ocupar postos estratégicos no Grupo. Participam candidatos externos, recém-formados nas áreas de atuação da Companhia. Internamente, é desenvolvido um projeto similar ao programa de trainees, visando preparar os colaboradores para as mesmas oportunidades. O programa das turmas em andamento que se iniciou em 2012, conta com o apoio da Crescimentum - consultoria que trabalha a metodologia dos "Líderes do Futuro", abordando temas como autoconhecimento, *feedback* entre outros. **Remuneração:** O Grupo São Martinho adota uma política de remuneração alinhada ao mercado e coerente com os objetivos da organização. Em consonância com a estrutura e seus processos organizacionais, busca maneiras de assegurar a efetiva equidade interna e externa e formas de sustentar os pilares da gestão de pessoas. **PPR - Programa de Participação nos Resultados:** O programa tem como objetivo distribuir em forma de salário os resultados obtidos por meio da contribuição dos empregados no cumprimento e/ou na superação das metas definidas de acordo com a estratégia anual da Companhia. Remunera 100% dos colaboradores do Grupo São Martinho. Os indicadores são negociados anualmente com a comissão eleita pelos colaboradores, e os resultados são apresentados a toda a empresa mensalmente, conforme Lei 10.101/2000. **Remuneração Variável:** é definida de acordo com a estratégia da empresa e as diretrizes do processo. É baseada em indicadores de performance das equipes. Remunera mensalmente cerca de 74% dos colaboradores do Grupo. Os indicadores são definidos, divulgados e pagos de acordo com os resultados obtidos. **Remuneração por Competência/Lump Sum:** Outra prática diferenciada de remuneração é a Remuneração por Competências e Habilidades, que pode remunerar até 1,3 salário no ano com base nos comportamentos e nas habilidades técnicas esperadas pela organização. Semelhante ao *Lump Sum* que o mercado pratica, para os colaboradores que já se posicionam em 100% da faixa salarial ou mediana de mercado recebem de forma variável um percentual que seria acrescentado ao salário, desta forma reconhecendo o colaborador anualmente e não inflacionando a estrutura de salários interna. **Benefícios:** A política de benefícios do Grupo São Martinho é gerida pela área de Recursos Humanos e aplicável à todos os colaboradores da Companhia. Visa garantir a satisfação dos clientes internos, equilibrando a equação custos x benefícios à atratividade e retenção de colaboradores e à qualidade das relações e imagem da Companhia. O Grupo oferece a seus colaboradores: assistência médica e odontológica, transporte de colaboradores, previdência privada, auxílio-funeral, auxílios complementares, cobertura de acidente de trabalho, convênio farmácia, cooperativa de crédito, prorrogação do período licença-maternidade, refeição, lanche-alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, cesta de natal, auxílio leite e kit escolar. **Segurança:** A Companhia adota os mais rígidos padrões de segurança na prevenção de acidentes do trabalho e oferece um ambiente e uma atividade laboral que prezam pela integridade física do colaborador. Um intenso trabalho de conscientização e prevenção também é desenvolvido através de campanhas (Faça o Certo, Celebre a Vida, Acidente Zero, outros), Programas (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Auditorias/Inspeções, outros) de diálogos diários de segurança, atuação efetiva das CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), investimento em EPI's - Equipamentos de Proteção Individuais de primeira linha, certificados e desenvolvidos para atender exigências ergonômicas, além da capacitação intensa da sua equipe de técnicos. **Saúde Ocupacional:** O Grupo São Martinho investe constantemente na prevenção e na manutenção da saúde de seus colaboradores. Exemplos disso são os programas, PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Readaptação temporária e o Programa de Conservação Auditiva - PCA. Além de realizar programas voltados para a qualidade de vida de seus colaboradores, o Grupo São Martinho apoia e realiza práticas como campanhas de conscientização. Essas campanhas oferecem aos empregados informações de forma simples e objetiva. Como exemplo, podemos citar: Dia Mundial sem Tabaco; Dia Internacional de Combate às Drogas; Dia Internacional do Diabético; Dia Mundial de Luta Contra a Aids; Dia Nacional do Controle do Colesterol e Dia Nacional de Combate ao Fumo. Também são realizados "Diálogos de Saúde Ocupacional" para reforçar os cuidados com a saúde dos profissionais. Nesse módulo diário, há discussões sobre a importância de ingerir bebidas isotônicas no campo, benefícios de ginástica laboral, alcoolismo, tétano, aleitamento materno, verminoses, depressão, gastrite, labirintite, tuberculose, entre outras. **Treinamento/Capacitação:** O desenvolvimento das competências comportamentais e habilidades técnicas é o principal objetivo do investimento em treinamento e capacitação. A Companhia acredita que é a melhor forma de preparar a organização para enfrentar os desafios futuros, que exigirão cada vez mais profissionais motivados, atualizados, versáteis e comprometidos. Um dos programas estruturados pelo Grupo com base nos gaps identificados na avaliação de competências, na pesquisa de engajamento e nas demais ferramentas contempladas no planejamento estratégico de RH, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG), composto por ações de desenvolvimento que contemplam todos os níveis de liderança da empresa, incluindo os trainees. **Bolsas de Estudo:** O Grupo investe constantemente na formação de seus colaboradores por meio de um programa de incentivo educacional que fornece bolsas de estudo em nível técnico, de graduação e pós-graduação. Dessa forma, acredita no desenvolvimento de seus profissionais e no aprimoramento de funções dentro do Grupo.

4. Investimentos (Em milhares de R\$)

São Martinho - Consolidado	12M13	12M12	Var. %
Capex (Manutenção)			
Plântio de Cana	102.275	96.824	5,6%
Industriais/Agrícolas	111.980	106.534	5,1%
Tratos Culturais	121.781	116.543	4,5%
Sub Total	336.036	319.901	5,0%
Modernização/Mecanização/Expansão			
Industriais/Agrícolas	137.291	164.178	-16,4%
Sub Total	137.291	164.178	-16,4%
Usina Boa Vista			
Plântio de Cana	55.400	44.225	25,3%
Industriais/Agrícolas	52.130	40.794	27,8%
Tratos Culturais	42.196	36.709	14,3%
Sub Total	149.726	121.728	23,0%
Santa Cruz			
Plântio de Cana	20.005	8.418	137,6%
Industriais/Agrícolas	16.672	11.523	44,7%
Tratos Culturais	20.111	5.321	277,9%
Sub Total	56.788	25.263	124,8%
Total Geral	679.841	631.070	7,7%

11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos

Em relação aos auditores independentes:	2013	2012	2011
a) Nome empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes - CPF: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 - Fax: (16) 2133-6685	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes - CPF: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 - Fax: (16) 2133-6685	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes - CPF: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 - Fax: (16) 2133-6685

c) Data da contratação dos serviços
d) Descrição dos serviços contratados

	18 de julho de 2012	20 de junho de 2011	10 de agosto de 2010
Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2013 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2012, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos de preenchimento do DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2012 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2011, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos de preenchimento do DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2011 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos de preenchimento do DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2010 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2009, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos de preenchimento do DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.

e) Substituição do auditor
i) Justificativa da substituição
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição

	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor
i) Justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:

	2013	2012	2011
No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, os auditores independentes receberam os seguintes honorários (R\$ Mil):			
Serviços de auditoria contábil	R\$ 1.002		
Demais serviços (a)	R\$ 632		
a) A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, através de sua filial localizada em Ribeirão Preto - SP, na Avenida Antonio Diederichsen, nº 400 - cjs 1 a 6, 9 e 10, 22º andar - Jardim América, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.562.112/0012-83, CRC sob nº 1SP000160/O-5 e na CVM - Ato Declaratório nº 5038 de 08/09/1998, foi contratada como Auditores Independentes pela São Martinho para prestar os seguintes serviços de consultorias, não relacionados ao contrato celebrado para exame e parecer			

O Capex de manutenção do Grupo São Martinho somou R\$ 336,0 milhões no 12M13, em linha com os investimentos realizados no mesmo período da safra anterior. Os investimentos relacionados à expansão e modernização totalizaram R\$ 137,3 milhões no 12M13, e são compostos pelo (i) projeto de cogeração da Usina São Martinho (R\$ 70 milhões), e aquisição do ativo biológico da São Carlos (R\$ 37,8 milhões). Em relação à Usina Boa Vista (UBV), os investimentos referentes à expansão totalizaram R\$ 149,7 milhões, representando um aumento de 23,0% em relação ao mesmo período da safra passada. O aumento desses investimentos reflete (i) expansão da área plantada na UBV e (ii) o aumento da capacidade industrial para 4,0 milhões de toneladas na safra 13/14. **5. Governança Corporativa e Política de Dividendos - 5.1. Governança Corporativa:** A Sociedade confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da Bovespa, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais. Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações na BM&FBovespa, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado - nos idiomas português e inglês - todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras da Companhia. **5.2. Política de Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de julho de 2012, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 6.014 mil (R\$ 0,0536 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 36.084 mil (R\$ 0,321343 por ação) sobre o resultado do exercício findo em 31 de março de 2012. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue (Em milhares de R\$):

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	72.950	126.611
Constituição de reserva legal - 5%	(3.647)	(6.331)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	69.303	120.080
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		
(2013 - R\$ 0,1508 por ação)	17.326	30.070

6. Perspectivas - Açúcar: O 4T13 (Jan/13 - Mar/13) manteve a tendência de queda de preços apresentada no trimestre passado. Essa redução foi resultado do (i) incremento no volume de moagem de cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil no final da safra 12/13 devido as boas condições climáticas, o que gerou um maior volume de açúcar comercializado no primeiro trimestre do ano calendário. Adicionalmente, o mercado acredita que as safras de China, Tailândia, Brasil e Índia, continuarão positivas, com isso, resultando em um consenso, que teremos outro ano de elevado superávit, pressionando os preços do açúcar. Segundo a UNICA, a região centro-sul do Brasil deve processar 589 milhões de toneladas de cana de açúcar na safra 13/14 - 10,7% superior à safra 12/13 - com produção de açúcar totalizando 35,5 milhões de toneladas - 4% superior que a safra 12/13. A menor expansão de açúcar - em face do crescimento da moagem - é resultado de uma alteração do *mix* voltado para produção de etanol. O Grupo São Martinho espera produzir 996 mil toneladas de açúcar na safra 13/14, sendo que, **608 mil toneladas já se encontram fixadas ao preço de USD 21,15 cents/pound**. Considerando nossa exposição ao Consecana através do pagamento de cana de fornecedores e arrendamentos, em 31/03/2013, **esse volume fixado representava 83% de nossa exposição líquida. Etanol:** Na safra 12/13 os preços médios de etanol Cepea/Esalq, tanto anidro quanto hidratado, estiveram inferiores em relação à safra passada, apresentando redução de 6,6% (R\$ 1.279,2/m³) e 9,7% (R\$ 1.116,4/m³), respectivamente. A redução dos preços refletiu, principalmente, a queda da demanda pelo biocombustível. Para safra 13/14, acreditamos que haverá recuperação da demanda do etanol no mercado doméstico e gradativamente observaremos uma melhor rentabilidade ao produtor. As duas principais mudanças que impulsionarão a demanda são: i) aumento da mistura de 20% para 25% do etanol anidro na gasolina tipo A - adicionando aproximadamente 2 bilhões de litros por ano - e, ii) desoneração do PIS/Cofins sobre a produção e comercialização do etanol, melhorando a competitividade do etanol nos postos de combustíveis.

7. Desempenho no exercício - valores consolidados

Destaques Financeiros (milhares de R\$)	12M13	12M12	Var.(%)
São Martinho - Consolidado			
Receita Bruta	1.708.566	1.447.266	18,1%
Receita Líquida	1.635.955	1.366.990	19,7%
EBITDA (Ajustado)	651.915	537.114	21,4%
Margem EBITDA	39,8%	39,3%	0,6 p.p.
Indicadores de Balanço Consolidados			
Ativo Total	5.633.110	4.787.167	17,7%
Patrimônio Líquido	2.100.617	2.024.678	3,8%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	651.915	537.114	21,4%
Dívida Líquida	1.429.293	935.819	52,7%
Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses)	2,2 x	1,7 x	
Dívida Líquida	68%	46%	
Patrimônio Líquido			

Dados Operacionais	Safra 12/13	Safra 11/12	Var.(%)
São Martinho - Consolidado			
Cana Processada (mil toneladas)	12.915	10.590	21,9%
Própria	8.236	6.886	19,6%
Terceiros	4.679	3.704	26,3%
Colheita Mecanizada	87,3%	85,7%	1,6 p.p.
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	970	774	25,3%
Etanol Anidro (mil m³)	275	191	43,9%
Etanol Hidratado (mil m³)	177	188	-5,8%
RNA - Sal Sódico do Ácido Ribonucléico (Ton)	324	226	43,7%
Energia Exportada (Mil MWh)	177	140	26,7%
ATR Produzido	1,795	1,461	22,9%
Mix Açúcar - Etanol	57% - 43%	56% - 44%	
Mix Anidro - Hidratado	62% - 38%	51% - 49%	

8. Fontes de Recursos

Endividamento Consolidado	mar/13	mar/12	Var. %
Endividamento			
Em Milhares de R\$			
PESA	69.599	72.509	-4,0%
Crédito Rural	161.662	20.139	702,7%
BNDES/ FINAME	546.570	388.668	40,6%
Capital de Giro	144.896	109.392	32,5%
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	40.662	26	n.m.
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	429.611	437.799	-1,9%
NCE (Nota de Crédito de Exportação)	378.905	-	n.m.
Outros	3.108	733	324,0%
Obrigações decorrentes de Aquisições	81.657	113.475	-28,0%
Dívida Bruta Total	1.856.670	1.142.741	62,5%
Disponibilidades	634.290	410.567	54,5%
Dívida Líquida	1.222.380	732.174	67,0%
(+) Dívida Bruta Proporcional Santa Cruz	206.913	203.645	1,6%
Dívida Líquida Consolidada	1.429.293	935.819	52,7%
Dívida Líquida / EBITDA Acum.	2,2 x	1,7 x	

Na safra 12/13 o Grupo São Martinho deu sequência no seu plano de investimentos, com gastos direcionados na expansão de suas usinas e canaviais, além da conclusão do projeto de cogeração de energia na Usina São Martinho. No acumulado dos 12M13, tais investimentos somaram aproximadamente R\$ 400 MM, sendo: 1) R\$ 196,5 MM na aquisição dos canaviais da Usina São Carlos, 2) R\$ 120 MM no aumento da moagem, notadamente a Usina Boa Vista, que aumentará 48% a moagem nessa safra e 3) R\$ 70 MM na conclusão do projeto de cogeração de energia elétrica. Como resultado desses investimentos, o endividamento líquido do grupo alcançou R\$ 1,4 bilhão em março/13 - crescimento de 52,7% (+ R\$ 494 milhões) em relação a março/12 -, encerrando com o indicador Dívida Líquida/EBITDA em 2,2 vezes na mesma data. Considerando que a geração de EBITDA de tais investimentos começará a partir da safra 13/14, acreditamos que já no próximo exercício, indicador Dívida Líquida/EBITDA será menor que 2 vezes. **9. Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos do Grupo São Martinho e está presente na missão da Companhia de oferecer produtos de forma inovadora e que assegurem a preservação dos recursos naturais existentes. Para o Grupo, ter como essência de seu negócio o etanol, açúcar, energia e outros derivados da cana-de-açúcar, que é um recurso renovável, vai além de estabelecer um compromisso com o meio ambiente, comunidade, clientes, parceiros e consumidores. Significa uma importante oportunidade de fomentar seu crescimento ao mesmo tempo em que colabora para o bem-estar das futuras gerações. A sustentabilidade permeia toda a cadeia produtiva do Grupo, que abrange desde o uso responsável do solo, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar, reutilização de resíduos no processo produtivo, respeito e conservação do meio ambiente, ética e governança corporativa até o relacionamento com a comuni-

dade e os demais públicos de interesse. O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura da Companhia e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio. O Grupo São Martinho tem investido historicamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional. **9.1. Projetos Sociais/ Ações Sociais - Primeiro Emprego:** Em parceria com instituições de Itacemópolis e Pradópolis, a Companhia investe em programas sociais que propiciam acesso ao mercado de trabalho para, aproximadamente, 45 jovens de 16 a 18 anos. Todos são oriundos do Ensino Médio regular destas comunidades e prestam serviços na área administrativa, recebendo noções de primeiro emprego e de responsabilidades, além de salário, benefícios e a oportunidade de permanecer na Companhia ao final do programa. **"Telessalas"** - Iniciativa da Usina Iracema, em parceria com a Fundação Bradesco, responsável pela supervisão pedagógica, já formou cerca de dois mil alunos desde 2001, quando foi implementada. São seis telessalas, com equipamentos, material didático e monitores custeados pela Usina. Em 2012, o projeto possibilitou que 118 adultos retomassem seus estudos. **Projeto Escola de Futebol Santa Rita/ Núcleo Pradópolis** - Através da Lei Federal de Incentivo ao Esporte a Usina São Martinho em parceria com CGTI - Centro de Gestão de Tecnologia e Prefeitura Municipal de Pradópolis, desenvolve o projeto escola de futebol na cidade de Pradópolis, atendendo cerca de 150 alunos, de 7 a 18 anos da rede municipal e estadual de ensino. Com o objetivo formar cidadãos, durante o projeto o rendimento escolar e frequência são monitorados, além de receberem palestras educativas como atividade complementar ao projeto; **Inclusão Social da Pessoa com Deficiência:** O Grupo tem como um de seus valores o respeito às pessoas e se esforça para trabalhar com a diversidade em seu quadro de colaboradores, rejeitando qualquer forma de discriminação por gênero, cor, idade, religião, capacidade física ou intelectual. Em parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), foi desenvolvido um projeto específico para a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs). Em 2012 foram identificadas em Guariba e Pradópolis cerca de 60 pessoas com deficiência, as quais a Companhia poderá proporcionar a possibilidade de desenvolvimento através da modalidade aprendizagem profissionalizante. Além disso, a São Martinho desenvolve projeto interno de readaptação de colaboradores liberados pelo INSS que não têm possibilidade de retorno à função de origem na empresa, permanecendo sem o benefício do INSS e o salário. Dessa forma, a readaptação ocorre por iniciativa e custos próprios da São Martinho. Outras ações da empresa também valorizam pessoas com deficiência, como é o caso da Usina Iracema, que contribui mensalmente para a melhoria da qualidade do atendimento da Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL), cedendo espaço físico e apoiando na gestão. Anualmente, a unidade recebe o selo "Empresa Amiga da ARIL". Outra instituição que recebe incentivo é a APAE de Limeira, cujo reconhecimento resulta anualmente na entrega do selo "Empresa Cidadã da APAE", recebido em 2012. **Corrida São Martinho** - realizado anualmente, o evento promove uma corrida de integração para colaboradores de todas as unidades. A disputa, que envolve percursos de 5 e 10 km por trilhas localizadas nos canaviais da Usina São Martinho, em Pradópolis, tem despertado o interesse e a participação de atletas profissionais. A 4ª edição, realizada em 2012, reuniu cerca de 1.000 corredores; **Projeto "Semear o Futuro"** - Levantar a educação ambiental e a cidadania para a vida de adolescentes do município de Guataparã é o objetivo do projeto "Semear o Futuro". O programa, que realiza atividades para 36 estudantes com idade entre 14 e 17 anos, é administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em conjunto com a Secretaria da Educação e conta com o apoio da Usina São Martinho. Entre as atividades realizadas no Viveiro de Mudas, no qual os estudantes participam do projeto no período em que não estão na escola, destacam-se o cultivo de mudas e as noções que recebem sobre educação ambiental. O Semear o Futuro existe desde 2008 e, ano a ano, ganha força com o apoio de empresas como a São Martinho. **Orquestra Filarmônica de Rio Claro** - por meio de incentivo fiscal voltado à cultura, a São Martinho levou cerca de 40 adolescentes, alunos do CEMA (Centro Educacional Municipal de Aprendizagem "Dorival Rossi") de Pradópolis, para participarem do concerto da Orquestra Filarmônica de Rio Claro "A Sétima Nota". Através da interação com os músicos profissionais os alunos colocaram em prática o aprendizado **Nova Fronteira do Inglês** - consiste na capacitação em língua inglesa para adolescentes ingressos na AAPM (Associação de Amparo e Proteção ao Menor). O projeto foi realizado através de incentivo fiscal destinado pela São Martinho ao Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, beneficiando cerca de 540 alunos da rede pública municipal de ensino em 2012. **Campanha do Agasalho** - campanha filantrópica anual, realizada pelo Fundo Social de algumas cidades do entorno do Grupo São Martinho, tem o objetivo de arrecadar agasalhos e cobertores que são destinados à população de baixa renda

Balanço patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	479.631	288.554	634.290	410.567	Empréstimos e financiamentos	18	237.630	117.551	363.529	247.504
Contas a receber de clientes	8	52.770	33.869	62.667	38.399	Instrumentos financeiros derivativos	30	14.297	13.542	15.149	14.269
Instrumentos financeiros derivativos	30	79.232	10.283	84.998	11.063	Fornecedores	19	76.315	56.751	98.235	76.655
Estoques	9	102.220	104.624	148.661	137.375	Obrigações com a Copersucar	20	2.040	2.040	2.263	2.356
Tributos a recuperar	10	43.280	28.977	57.085	39.701	Salários e contribuições sociais		50.153	44.790	66.523	57.297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	33.329	17.658	36.655	20.550	Tributos a recolher		10.204	9.376	12.485	12.199
Dividendos a receber		9.227	8.604			Imposto de renda e contribuição social	26			484	240
Outros ativos	12	6.420	4.905	7.610	5.551	Partes relacionadas	11			398	224
		806.109	497.474	1.031.966	663.206	Dividendos a pagar	23	17.326	30.070	17.326	30.070
						Adiantamentos de clientes		957	5.810	3.341	8.418
Não circulante						Aquisição de participações societárias	38	71.808	57.906	71.808	57.906
Realizável a longo prazo						Outros passivos	22	16.393	13.769	12.405	10.215
Aplicações financeiras	13			9.037	6.541			497.123	351.605	663.946	517.353
Estoques	9	13.196	13.927	35.592	26.877	Não circulante					
Partes relacionadas	11	4.578	17.672	10	3.788	Empréstimos e financiamentos	18	1.155.388	671.412	1.618.397	984.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26			56.785	38.227	Obrigações com a Copersucar	20	194.440	200.409	215.478	222.007
Contas a receber da Copersucar		1.228	1.545	1.398	1.737	Tributos parcelados	21	48.436	49.873	55.758	57.873
Tributos a recuperar	10	47.148	23.413	67.438	46.581	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	458.762	404.681	867.891	820.201
Depósitos judiciais	29	35.654	41.784	38.769	44.972	Provisão para contingências	29	60.171	68.064	66.331	74.259
Outros ativos	12	253	253	395	395	Aquisição de participações societárias	38	9.849	55.569	9.849	55.569
		102.057	98.594	209.424	169.118	Adiantamentos para futuro aumento de capital	11			30.931	23.543
Investimentos	14	1.603.485	1.376.929	11.488	8.262	Outros passivos	22	3.912	6.817	3.912	6.819
Ativos biológicos	15	506.368	443.536	797.400	632.904			1.930.958	1.456.825	2.868.547	2.245.136
Imobilizado	16	1.483.680	1.413.608	3.339.886	3.244.267	Patrimônio líquido					
Intangível	17	26.999	2.967	242.946	69.410	Capital social		614.150	455.900	614.150	455.900
		3.722.589	3.335.634	4.601.144	4.123.961	Ajustes de avaliação patrimonial		1.265.869	1.272.558	1.265.869	1.272.558
						Reservas de lucros		232.556	308.867	232.556	308.867
						Ações em tesouraria		(13.811)	(12.753)	(13.811)	(12.753)
						Opções de ações outorgadas		1.853	106	1.853	106
								2.100.617	2.024.678	2.100.617	2.024.678
Total do ativo		4.528.698	3.833.108	5.633.110	4.787.167	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.528.698	3.833.108	5.633.110	4.787.167

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

Em 31 de março de 2011	Ajustes de avaliação patrimonial				Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Nota	Capital social	De Própria	Hedge investing	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Ações em tesouraria		
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	23	455.900	645.687	674.582	(15.300)	15.199	158.255	21.062	(1.899)	1.953.486
Realização de mais-valia de deemed cost			(38.508)	(364)				(21.062)		(21.062)
Resultado com derivativos - hedge accounting					6.461					6.461
Incorporação de deemed cost da OMTEK			3.374	(3.374)						
Aquisição de ações de emissão própria								(10.854)		(10.854)
Opções de ações outorgadas									106	106
Lucro líquido do exercício									106	106
Destinação do lucro:										
Constituição de reservas						6.331	123.068			(129.399)
Dividendos mínimos obrigatórios										(30.070)
Dividendos adicionais propostos										(6.014)
Em 31 de março de 2012	23	455.900	610.553	670.844	(8.839)	21.530	281.323	6.014	(12.753)	2.024.678
Aumento de capital com reservas		158.250					(158.250)			
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos										(6.014)
Realização de mais-valia de deemed cost			(31.358)	(789)				(6.014)		
Reclassificação deemed cost - Próprio x Investidas			(1.377)	1.377						
Resultado com derivativos - hedge accounting					25.458					25.458
Aquisição de ações de emissão própria								(1.785)		(1.785)
Opções de ações outorgadas									1.876	1.876
Opções de ações exercidas								727	(129)	780
Lucro líquido do exercício										72.950
Destinação do lucro:										
Constituição de reservas						3.647	71.632			(75.279)
Dividendos mínimos obrigatórios										(17.326)
Dividendos adicionais propostos										(12.674)
Em 31 de março de 2013		614.150	577.818	671.432	16.619	25.177	194.705	12.674	(13.811)	2.100.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional - 1.1 Informações gerais: A São Martinho S.A. ("Companhia"), suas controladas e controladas em conjunto (conjuntamente, "o Grupo") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 64% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 36% de fornecedores terceiros. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol e cogeração de energia. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada no Novo Mercado da BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOvespa"), com sede em Pradópolis, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela *holding* LNJ Participações S.A. ("LJN"), com participação de 56,12% no capital votante. A LJN, por sua vez, é de propriedade das seguintes *holdings* familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de junho de 2013. **2. Resumo das principais políticas contábeis - 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos na data de transição para IFRS/ CPCs, e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2 Consolidação - (a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(i) Controladas e controladas em conjunto:** Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Adicionalmente, a Companhia detém participações societárias de controle conjunto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados pelo método de consolidação proporcional, no qual a Companhia reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas sua participação nos ativos, passivos e nas receitas e despesas da entidade controlada em conjunto. Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e das suas controladas e controladas em conjunto, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

Empresa	Participação no capital social	Atividades principais
Subsidiárias:		
Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Vale do Mogi")	100%	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, e locação de imóveis.
São Martinho Energia S.A. ("SME")	100%	Cogeração e comercialização de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia e participação em outras sociedades.
Mirtilo Investimentos e Participações S.A. ("Mirtilo")	100%	Exploração de contratos de parceria agrícola.
Omtek (investimento incorporado pela Companhia em 30 de maio de 2011)	100%	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico.
Controladas em conjunto - diretas:		
Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("NF")	50,95%	Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, bem como a gestão e comercialização de bens próprios.
Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool ("SC")	32,19%	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades.
Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("ABV")	32,53% (direta e indiretamente)	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
SMA Indústria Química S.A. ("SMA")	50%	Produção e comercialização de produtos químicos renováveis de alta performance, bem como outros produtos correlatos.

Usina Santa Luiza S.A. ("USL") 49,73% (direta e indiretamente) Prestação de serviços de armazenagem.

Controladas em conjunto - indiretas:
Usina Boa Vista S.A. ("UBV") - controlada da NF 50,95% Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de etanol e seus derivados e exploração agrícola.

SMBJ Agroindustrial S.A. ("SMBJ") - controlada da NF 50,95% Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de etanol e seus derivados e exploração agrícola.

Companhia Bioenergética Santa Cruz 1 ("Bio") - controlada da SC 32,19% Cogeração e comercialização de energia elétrica. Segue abaixo o resumo dos montantes consolidados proporcionalmente pela Companhia de suas controladas em conjunto:

	2013	2012
Controladas em conjunto	408.684	379.884
Ativo circulante		
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	277.297	246.244
Investimentos, ativo biológico, imobilizado e intangível	2.606.939	2.464.744
Total do ativo	3.292.920	3.090.872
Passivo circulante	444.688	458.664
Passivo não circulante	1.441.077	1.182.093
Patrimônio líquido	1.407.155	1.450.115
Total do passivo e patrimônio líquido	3.292.920	3.090.872
Receita líquida de vendas	526.296	422.918
Custos e despesas operacionais	(601.534)	(461.910)
Prejuízo operacional, antes dos tributos	(60.323)	(37.317)
Prejuízo do exercício	(31.783)	(31.783)

2.3 Apresentação de informação por segmentos: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são: a diretoria, a presidência e o conselho de administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. **2.4 Conversão em moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais líquidas" (Nota 35), exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6 Ativos financeiros - 2.6.1 Classificação:** O Grupo classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. O Grupo não possui nenhum ativo financeiro classificado como mantido até o vencimento ou disponível para venda. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e outros ativos", parte do "Caixa e equivalentes de caixa" e "Partes relacionadas" (Notas 7, 8 e 11). **2.6.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração. **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - impairment:** O Grupo avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplên-

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receitas					
Custo dos produtos vendidos	33	(965.183)	(843.734)	(1.233.695)	(990.438)
Lucro bruto		323.758	309.395	402.260	376.552
Recetas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	33	(59.779)	(47.724)	(

SÃO MARTINHO S.A.

primeiro lugar se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*. As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, como quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. Os derivativos do Grupo designados como *hedge accounting* são apenas de "fluxo de caixa", cujas transações e valor justo estão descritos na Nota 30. O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*. **2.8 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*), quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço. **2.9 Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. **2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 26). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.11 Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 29. **2.12 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco anos após o seu primeiro corte. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 15. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratamentos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados na rubrica "Ativos Biológicos" (Nota 15). A cana-de-açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol. **2.13 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 16. Terras e terrenos não são depreciados. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. A Companhia, SC e Vale do Mogi avaliaram determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS, ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 16 (a)). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **2.14 Intangível - (I) Ágio/deságio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **(II) Programas de computador (softwares):** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos. Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **(III) Relações contratuais com parceiros e fornecedores de cana-de-açúcar:** As relações contratuais com parceiros e fornecedores de cana-de-açúcar adquiridas são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor. **(IV) Contratos de energia:** Os contratos de energia, adquiridos na aquisição de participação societária, são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição e amortizados com base no prazo dos contratos. **2.15 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente ("UGC"). **2.16 Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.17 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos do Grupo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.18 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.19 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes. **2.20 Reconhecimento de receita e apuração do resultado:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. **(i) Venda de produtos e prestação de serviços:** O Grupo comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, ácido ribonucleico, bagaço de cana, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especifica-

do; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. O Grupo presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos a medida em que ocorrem. **(ii) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **(iii) Demais receitas (despesas) e custos:** As demais receitas (despesas) e custos são reconhecidos no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **2.21 Reapresentação de saldos comparativos:** Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, a Companhia passou a classificar como despesa financeira as atualizações aplicadas sobre as provisões para contingências (anteriormente classificadas como despesas gerais e administrativas). A mudança aconteceu para refletir de forma mais adequada as variações patrimoniais decorrentes de mudança do valor do dinheiro no tempo. Como consequência, a demonstração do resultado do exercício, controladora e consolidado de 31 de março de 2012, apresentada para fins de comparação, foi ajustada e está sendo reapresentada. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Original	Reclas-sificação	Original	Reclas-sificação
Lucro bruto	309.395		309.395	376.552
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(47.724)		(47.724)	(53.748)
Despesas gerais e administrativas	(100.941)	7.124	(93.817)	(120.499)
Resultado de equivalência patrimonial	20.539		20.539	(451)
Outras receitas (despesas), líquidas	27.633		27.633	26.987
	(100.493)	7.124	(93.369)	7.539
	208.902	7.124	216.026	228.841
Lucro operacional				
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	61.067		61.067	75.692
Despesas financeiras	(84.479)	(7.124)	(91.603)	(116.006)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(17.572)		(17.572)	(22.324)
	(40.984)	(7.124)	(48.108)	(62.638)
				(7.539)
				(70.177)

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	167.918	167.918	166.203	166.203
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, histórico e outras características. (b) Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques: A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas. (c) Valor justo dos ativos biológicos: O valor justo dos ativos biológicos da Companhia, UBV, SC e Mirtilo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 15. (d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. (e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. (f) Provisão para contingências: O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. (g) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado: O Grupo revisa e, se apropriado, ajusta as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente. (h) Benefícios fiscais de ICMS: Conforme descrito na Nota 27, a UBV possui incentivos fiscais de ICMS concedido pelo Governo do Estado de Goiás. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a UBV vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. (i) Combinação de negócios e aquisição de participação societária: Conforme descrito na Nota 38, a administração contratou peritos independentes para a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para a determinação do <i>purchase pricing allocation</i> (PPA). As premissas utilizadas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.				

4. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) - IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação. • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2015. • IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras. • IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido para controle compartilhado. A norma é aplicável a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013. Segue abaixo o efeito no consolidado caso a administração da Companhia tivesse optado pela adoção antecipada do pronunciamento:

	2013		2012	
	Saldo apre- após CPC	Saldo após CPC	Saldo apre- após CPC	Saldo após CPC
Ativo				
Circulante	1.031.966	858.713	(173.253)	663.206
Não circulante	4.601.144	4.006.249	(594.895)	4.123.961
Total do ativo	5.633.110	4.864.962	(768.148)	4.787.167
				4.185.550
				(601.617)
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	663.946	512.616	(151.330)	517.353
Não circulante	2.868.547	2.251.729	(616.818)	2.245.136
Patrimônio líquido	2.100.617	2.100.617		2.024.678
Total do passivo e patrimônio líquido	5.633.110	4.864.962	(768.148)	4.787.167
				4.185.550
				(601.617)
Resultado				
Lucro bruto	402.260	361.770	(40.490)	376.552
Recetas (despesas) operacionais	(203.450)	(182.837)	20.613	(140.172)
Despesas financeiras	(100.651)	(63.515)	37.136	(70.177)
Imposto de renda e contribuição social	(25.209)	(42.468)	(17.259)	(39.592)
				(42.843)
				(3.251)

• IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação. • IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo. **5. Gestão de risco financeiro - 5.1 Fatores de risco financeiro:** O Grupo dispõe de políticas e procedimentos para administrar, por meio da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mer-

cado internacional de *commodities*, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia e SC contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros. A Companhia e a SC gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures US*) e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras. **5.2 Risco cambial:** A Companhia, a UBV e a SC atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante, em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas controladas pela Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades controladas pela Companhia usam contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações. **5.2.1 Ativos e passivos expostos à variação cambial:** O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2013:

	Milhares de US\$	
	R\$ equivalentes	
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	174.194	86.526
Contas a receber de clientes	18.150	9.015
Instrumentos financeiros derivativos	84.998	42.220
Total dos ativos	277.342	137.761

Passivos

	Milhares de US\$	
	R\$ equivalentes	
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	184.945	91.839
Instrumentos financeiros derivativos	15.149	7.523
Outros passivos	3.786	1.880
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	671.963	333.679
Outros passivos	3.786	1.880
Total dos passivos	879.629	436.801
Sub-total líquido	(602.287)	(299.040)
(-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE (*)	822.318	408.341
Exposição líquida ativa	220.031	109.301

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2013 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 2,0132 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 2,0138 por US\$ 1,00 para os passivos. (*) Os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira referem-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio - ACC, Nota de Crédito a Exportação e Pré-Pagamento de Exportação - PPE, com vencimentos nos meses de abril de 2013 a julho de 2018, que estão vinculados à exportação de produtos. Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará mediante exportações de produtos, a Administração entende que estas operações possuem *hedge* natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações financeiras, sem efeito equivalente no fluxo de caixa. **5.3 Risco de volatilidade no preço de commodities:** O Grupo está exposto ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 31 de março de 2013, 4.979 toneladas de açúcar estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega a partir de abril de 2013, com fixação em um preço médio de 18,91¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso). **5.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O Grupo segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política do Grupo. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira o Grupo entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que o Grupo pratique preços de venda acima da média histórica. **5.5 Risco de crédito:** A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos do Grupo, mediante Política de Gestão de Riscos de Contraparte. O Grupo controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes o Grupo avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **5.6 Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada para o Grupo e agregada pelo Departamento financeiro. Este Departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2013, o Grupo mantém aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2013				
Empréstimos e financiamentos	237.630	361.365	679.244	114.779
Instrumentos financeiros derivativos	14.297			
Fornecedores	76.315			
Aquisição de participação societária	71.808	9.849		
Outros passivos	16.393	3.912		
Em 31 de março de 201 2				
Empréstimos e financiamentos	117.551	106.283	483.201	81.928
Instrumentos financeiros derivativos	13.542			
Fornecedores	56.751			
Aquisição de participação societária	57.906	55.569		
Outros passivos	13.769	3.538	3.279	

...continuação

SÃO MARTINHO S.A.

5.8 Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses. O Grupo considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em anos de baixo preço, dada a ciclicidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como os outros, poderão ser colocadas em prática. O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório da administração (*release*) da Companhia. **5.9 Apuração do valor justo:** A determinação do valor justo (*fair value*) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado. O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado. O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de *“Black & Scholes”*, utilizando dados públicos de mercado, especificamente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F. O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por metodologia de desconto de fluxo de caixa futuro descontado, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de Juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE. O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo, para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Total
Conforme balanço patrimonial			
Em 31 de março de 2013			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	35.593		35.593
Opções de açúcar	6.017		6.017
Contratos a termo - câmbio		16.835	16.835
Contratos a termo - açúcar		20.787	20.787
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de swap		(10.978)	(10.978)
Em 31 de março de 2012			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	8		8
Futuros de açúcar	4.404		4.404
Opções de açúcar	631		631
Contratos a termo - açúcar		4.518	4.518
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio	(12.409)		(12.409)
Contratos de swap	(1.133)		(1.133)

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Total
Conforme balanço patrimonial			
Em 31 de março de 2013			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	35.696		35.696
Opções de açúcar	8.307		8.307
Contratos a termo - câmbio		17.376	17.376
Contratos a termo - açúcar		23.136	23.136
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de swap		(11.829)	(11.829)
Em 31 de março de 2012			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	4.223		4.223
Opções de açúcar	816		816
Contratos a termo - açúcar		4.548	4.548
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	(185)		(185)
Contratos a termo - câmbio	(12.352)		(12.352)
Contratos de swap	(1.543)		(1.543)

	Controladora			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Total
Ativos conforme balanço patrimonial				
Em 31 de março de 2013				
Caixa e equivalentes de caixa	479.631			479.631
Contas a receber de clientes	52.770			52.770
Instrumentos financeiros derivativos		79.232		79.232
Partes relacionadas	4.578			4.578
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	3.262			3.262
Em 31 de março de 2012				
Caixa e equivalentes de caixa	288.554			288.554
Contas a receber de clientes	33.869			33.869
Instrumentos financeiros derivativos		722	9.561	10.283
Partes relacionadas	17.672			17.672
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	2.430			2.430

	Controladora				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Passivos conforme balanço patrimonial					
Em 31 de março de 2013					
Empréstimos e financiamentos	69.305			168.325	237.630
Instrumentos financeiros derivativos		14.251		46	14.297
Fornecedores				76.315	76.315
Outros passivos				20.305	20.305
Em 31 de março de 2012					
Empréstimos e financiamentos	72.199			716.764	788.963
Instrumentos financeiros derivativos	1.133	12.409		13.542	
Fornecedores				56.751	56.751
Outros passivos				20.586	20.586

	Controladora				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Ativos conforme balanço patrimonial					
Em 31 de março de 2013					
Caixa e equivalentes de caixa	634.290				634.290
Aplicações financeiras	9.037				9.037
Contas a receber de clientes	62.667				62.667
Instrumentos financeiros derivativos		5.766	79.232		84.998
Partes relacionadas	10				10
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	3.631				3.631
Em 31 de março de 2012					
Caixa e equivalentes de caixa	410.567				410.567
Aplicações financeiras	6.541				6.541
Contas a receber de clientes	38.399				38.399
Instrumentos financeiros derivativos		1.287	9.776		11.063
Partes relacionadas	3.788				3.788
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	2.945				2.945

	Controladora				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Passivos conforme balanço patrimonial					
Em 31 de março de 2013					
Empréstimos e financiamentos	75.639			1.906.287	1.981.926
Instrumentos financeiros derivativos	46	10.931		4.172	15.149
Fornecedores				98.235	98.235
Partes relacionadas				398	398
Outros passivos				16.317	16.317
Em 31 de março de 2012					
Empréstimos e financiamentos	78.927			1.153.442	1.232.369
Instrumentos financeiros derivativos	1.543	12.726		14.269	16.299
Fornecedores				76.655	76.655
Partes relacionadas				224	224
Outros passivos				17.034	17.034

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes no Grupo.

	Controladora		
	Rendimentos	2013	2012
Caixa e bancos		176.424	39.011
Aplicações financeiras			
• CDB	100,90% (100,71% em 2012) da variação do CDI - taxa média ponderada	89.449	77.036
• Debêntures compromissadas	102,00% (100,95% em 2012) da variação do CDI - taxa média ponderada	213.758	172.507
		479.631	288.554

	Consolidado		
	2013	2012	
Caixa e bancos	188.915	54.744	
Aplicações financeiras			
• CDB	100,82% (100,75% em 2012) da variação do CDI - taxa média ponderada	139.218	129.895
• Debêntures compromissadas	101,94% (101,02% em 2012) da variação do CDI - taxa média ponderada	306.157	225.928
	634.290	410.567	

O saldo de caixa e bancos compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos. **8. Contas a receber de clientes:** O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes mercado interno	34.648	28.089	44.517	32.580
Clientes mercado externo	18.122	5.780	18.150	5.819
	52.770	33.869	62.667	38.399

Para as posições em 31 de março de 2013 e de 2012, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa. Em 31 de março de 2013, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 97 (R\$ 445 no consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Vencidas e não provisionadas:				
Até 30 dias	23	106	45	309
de 31 a 60 dias		256	18	144
acima de 60 dias	74	462	382	447
A vencer:				
Em até 30 dias	48.426	30.271	57.579	34.094
de 31 a 60 dias	3.616	2.611	3.810	3.192
acima de 60 dias	631	163	833	213
	52.770	33.869	62.667	38.399

	Controladora					
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
11. Partes relacionadas						
(a) Saldos da controladora e do consolidado:						
De controladas e relacionadas:						
Vale do Mogi (anteriormente USM)	9.853		266		7.854	248
UBV	2.405		38		3.082	796
USL	31		18		18	
SMBJ	31	2.013	1		1.500	
SC	461		202		1.120	220
SMA	64				86	
Imobiliária Paramirim S/A	9				1.035	
SME	52		2.565			12.678
ABV	353				1.216	
CTC						3.494
Outros	45		15		17	
Sub-total	13.304	4.578	539	14.429	17.672	1.264
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar	1.269		1.578	950		1.812
	14.573	4.578	2.117	15.379	17.672	3.076

	Controladora				Consolidado			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
De controladas e relacionadas:								
UBV	1.180		19		1.512		391	
USL	16		9		9			
SMBJ	15		1		1			
SC	337	10	137		760			
SMA	32				42			
Imobiliária Paramirim S/A	9				1.035			
Amyris Brasil				30.931				23.543
CTC								
Caieira do Norte				3.355				3.546
Monte Sereno Agrícola				858				
Outros	44		10		17		242	
Sub-total	1.633	10	4.388	30.931	3.376	3.788	391	23.543
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar	1.381		1.578		1.052		1.880	
	3.014	10	5.966	30.931	4.428	3.788	2.271	23.543

Em 31 de março de 2013, os saldos no ativo e passivo circulante (classificados em contas a receber, dividendos a receber e fornecedores no balanço patrimonial) referem-se a compras e vendas de produtos e serviços e dividendos a receber entre a Companhia e suas controladas e relacionadas. Os saldos no ativo e passivo não circulante são adiantamentos para futuro aumento de capital. No consolidado, os saldos no passivo circulante em 31 de março de 2013, nos valores de R\$ 3.355 e R\$ 858 referem-se a antecipação de dividendos. **(b) Transações da controladora no exercício:**

	31 de março de 2013			
	Despesas administrativas	Receita de vendas	Despesas de reembolso por controladas	Compras de produtos e serviços
Vale do Mogi				
UBV		44	11.318	35.476
USL			335	264
SMA			362	
SC			1.235	2.139
SMBJ			110	
Outras			345	
Acionistas e partes relacionadas				
- aluguel de imóveis		314		10.626
- prestação de serviços		1.679		48.505
- compras de cana-de-açúcar				
	1.993	44	13.705	44.363

	31 de março de 2012			
	Despesas administrativas	Receita de vendas	Despesas de reembolso por controladas	Compras de produtos e serviços
Vale do Mogi				
UBV			7.632	40
USL			363	
Vale do Mogi				34.194
SC		6.055		
SMA			300	
Outras			133	
Acionistas e partes relacionadas				
- aluguel de imóveis		239		
- prestação de serviços		1.272		
- compras de cana-de-açúcar				

parcelas anuais, sem correção monetária, conforme detalhado na Nota 38, juntamente com o detalhamento da operação e os seus reflexos contábeis. Não houve contraprestação contingente. **(d) Alienação da participação acionária na Uniduto Logística S.A. ("Uniduto"):** Em reunião realizada em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração ratificou a venda das ações referente à participação da Companhia na Uniduto, celebrado em 9 de março de 2012 para as empresas Copersucar S.A. e Raizen Energia S.A. Foram alienadas 12.169.325 ações ordinárias que representam 11,38% do capital social da Uniduto, pelo valor de R\$ 6.085, que foi integralmente recebido na data da assinatura do contrato. Adicionalmente, nesta mesma data, a controlada em conjunto SC alienou suas ações que representavam 4,05% do capital social da Uniduto (4.331.790 ações ordinárias), pelo valor de R\$ 2.166. **(e) Aquisição da Mirtilo Investimentos e Participações S.A. ("Mirtilo"):** Em 14 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Mirtilo Investimentos e Participações S.A. pelo valor de R\$ 196.500. Os detalhes da operação e os reflexos contábeis estão detalhados na Nota 38. **14.2 Investimentos no consolidado:** O saldo de investimento no consolidado é relativo: (i) às investidas indiretas: Agropecuária Caieira do Norte S.A., Monte Sereno Agrícola Ltda. e Agropecuária do Cachimbo S.A., cujos investimentos totalizam R\$ 3.877, R\$ 912 e R\$ 66, respectivamente; e (ii) à coligada CTC – Centro de Tecnologia Canavieira no montante de R\$ 10.118. Essas investidas não são consolidadas e os investimentos estão avaliados por equivalência patrimonial. **15. Ativos biológicos:** Em 31 de março de 2013, a Companhia, SC, UBV e Mirtilo possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos Estados de São Paulo e Goiás, que utilizam como matéria-prima em seus processos industriais. O cultivo de cana-de-açúcar é considerado uma atividade perene iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros. O primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. A soqueira devidamente tratada cresce novamente e sua produção é considerada econômica viável, em média, em cinco safras. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	2013	2012
Área total estimada de colheita (ha)	151.325	130.068
Produtividade prevista (ton/ha)	80,98	74,42
Quantidade de ATR por Ton. de cana-de-açúcar (kg)	136,38	137,07
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,5312	0,5269

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia, SC, UBV e Mirtilo determinam os fluxos de caixa descontados a serem gerados e trás os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das informações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	2013	2012
Ativos biológicos em 31 de março de 2012	443.536	632.904
Aumentos decorrentes de aquisição de ativo biológico	3.170	3.170
Aumentos decorrentes de aquisição de investimento		37.800
Aumentos decorrentes de plantio e tratos	220.886	358.600
Variação no valor justo	13.377	4.754
Reduções decorrentes da colheita	(174.601)	(239.828)
Ativos biológicos no final do exercício	506.368	797.400

(a) Compromissos com parceria agrícola e arrendamentos: A Companhia, SC, UBV e Mirtilo firmaram contratos de parceria agrícola para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, por meio de contratos plurianuais. Referidos contratos têm vigência, substancialmente, entre seis e doze anos, e maioria é renovável ao seu término. Adicionalmente, a Companhia e a SC possuem contratos de arrendamento para produção de cana-de-açúcar. Os valores a serem desembolsados em função destes contratos são determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. Em 31 de março de 2013 e 2012, os pagamentos totais estimados (valor nominal) são:

	2013	2012
Menos de um ano	117.383	130.035
Mais de um ano e menos de cinco anos	326.225	392.385
Mais de cinco anos	183.827	219.202
	627.435	741.622

17. Intangível	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ágio rentabilidade futura (i)			199.614	47.880
Amortização acumulada (i)			(4.811)	(4.811)
	12.348	6.948	14.630	9.138
Amortização acumulada	(5.334)	(3.981)	(6.886)	(5.149)
Direito sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	19.985		19.985	
Outros ativos - contrato de energia (iii)			20.414	22.352
	26.999	2.967	242.946	69.410

(i) O ágio relativo à rentabilidade futura oriundo do acervo líquido cindido da USL, no

16. Imobilizado	Edifícios e depen- dências		Equipamentos e instalações industriais		Máquinas e implem. agrícolas		Outras imobil- zações		Obras em anda- mento		Controladora
	Terras			Veículos						Total	
Saldos em 31 de março de 2011	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183			
Custo total	604.409	68.828	445.829	41.895	111.868	32.492	63.139	1.368.460			
Depreciação acumulada		(4.104)	(9.010)	(771)	(2.121)	(24.271)		(40.277)			
Valor residual	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183			
Saldos em 31 de março de 2011	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183			
Aquisição			77.240	16.776	20.619	1.831	116.776	233.242			
Alienação (residual)	(2.873)		(58)	(181)	(867)	(100)		(4.079)			
Transferências entre contas e para o intangível	10	2.117	58.426	2.749	6.433	4.442	(75.929)	(1.752)			
Acervo incorporado da OMTÉK	1.260	1.543	6.325			70		9.198			
Depreciação		(3.630)	(120.199)	(9.563)	(15.969)	(1.823)		(151.684)			
Saldos em 31 de março de 2012	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	103.986	1.413.608			
Custo total	602.806	72.733	520.128	61.148	137.662	38.856	103.986	1.537.319			
Depreciação acumulada		(7.979)	(61.575)	(10.243)	(17.699)	(26.215)		(123.711)			
Valor residual	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	103.986	1.413.608			
Saldos em 31 de março de 2012	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	103.986	1.413.608			
Aquisição			82.769	18.316	32.310	495	101.747	235.637			
Alienação (residual)			(117)	(211)	(1.361)	(1)		(1.690)			
Transferências entre contas e para o intangível		22.931	28.295	664	773	3.625	(61.639)	(5.351)			
Depreciação		(4.181)	(126.775)	(7.052)	(17.982)	(2.534)		(158.524)			
Saldos em 31 de março de 2013	602.806	83.504	442.725	62.622	133.703	14.226	144.094	1.483.680			
Custo total	602.806	95.664	550.647	79.810	168.954	42.228	144.094	1.684.203			
Depreciação acumulada		(12.160)	(107.922)	(17.188)	(35.251)	(28.002)		(200.523)			
Valor residual	602.806	83.504	442.725	62.622	133.703	14.226	144.094	1.483.680			
Valor residual de:											
Custo histórico	21.102	42.352	235.287	59.926	98.588	14.226	144.094	615.575			
Mais-valia	581.704	41.152	207.438	2.696	35.115			868.105			
	602.806	83.504	442.725	62.622	133.703	14.226	144.094	1.483.680			
Taxas médias de depreciação		4,57%	9,97%	10,64%	12,32%	12,81%					

Saldos em 31 de março de 2011	Edifícios e depen- dências		Equipamentos e instalações industriais		Máquinas e implem. agrícolas		Benfeiti- ras em imóveis de 3ºs		Outras imobil- zações		Obras em anda- mento		Total
	Terras			Veículos							Total		
1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	103.374	2.864.761					
Custo total	1.732.305	174.390	662.184	68.564	155.031	27.911	36.626	2.960.385					
Depreciação acumulada		(12.099)	(31.725)	(5.510)	(13.926)	(6.985)	(25.379)	(95.624)					
Valor residual	1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	2.864.761					
Saldos em 31 de março de 2011	1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	2.864.761					
Aquisição	4.898		97.846	18.415	29.938	8.740	2.015	166.261	328.113				
Alienação (residual)	(2.912)		(91)	(326)	(867)		(114)	(4.310)					
Transferências entre contas e para o intangível	10	2.712	106.290	3.252	7.099		4.732	(129.258)	(5.163)				
Depreciação		(6.933)	(146.310)	(13.004)	(20.916)	(5.012)	(2.206)	(194.381)					
Aquisição de participação na SC e ABV	173.762	17.370	104.005	11.852	11.685	80	238	11.059	330.051				
Redução de participação na NF	(3.887)	(16.000)	(33.327)	(3.931)	(5.626)	(3.154)	(537)	(8.342)	(74.804)				
Saldos em 31 de março de 2012	1.904.176	159.440	758.872	79.312	162.418	21.580	15.375	143.094	3.244.267				
Custo total	1.904.176	178.404	862.966	103.206	198.408	31.574	42.967	143.094	3.474.575				
Depreciação acumulada		(18.964)	(104.094)	(23.894)	(35.990)	(9.994)	(27.592)	(230.308)					
Valor residual	1.904.176	159.440	758.872	79.312	162.418	21.580	15.375	143.094	3.244.267				
Saldos em 31 de março de 2012	1.904.176	159.440	758.872	79.312	162.418	21.580	15.375	143.094	3.244.267				
Aquisição			105.460	25.259	48.741	6.874	645	136.304	323.283				
Alienação (residual)	(827)		(120)	(487)	(1.371)		(2)	(105)	(2.912)				
Transferências entre contas e para o intangível		23.054	29.472	921	1.142		626	3.418	(64.058)				
Depreciação		(7.620)	(166.539)	(10.380)	(28.098)	(3.946)	(2.924)	(219.327)					
Saldos em 31 de março de 2013	1.903.349	174.874	727.325	94.625	182.832	25.134	16.512	215.235	3.339.886				
Custo total	1.903.349	201.458	903.951	128.491	246.436	39.074	46.279	215.235	3.684.273				
Depreciação acumulada		(26.584)	(176.626)	(33.866)	(63.604)	(13.940)	(29.767)	(344.387)					
Valor residual	1.903.349	174.874	727.325	94.625	182.832	25.134	16.512	215.235	3.339.886				
Valor residual de:													
Custo histórico	132.981	121.538	474.698	87.261	144.751	25.134	16.512	215.235	1.218.110				
Mais-valia	1.770.368	53.336	252.627	7.364	38.081				2.121.776				
	1.903.349	174.874	727.325	94.625	182.832	25.134	16.512	215.235	3.339.886				
Taxas médias de depreciação		3,54%	7,58%	10,12%	11,63%	15,64%	12,87%						

valor de R\$ 38.826, presente em incorporado na Companhia, na SC e na ABV deixou de ser amortizado e passou a ser testado por *impairment* a partir do exercício social que se iniciou em 1º de abril de 2009, conforme mencionado na Nota 14.1. O ágio relativo a aquisição da SC, ABV e Mirtilo está detalhado na Nota 38. Referidos ágios estão sustentados por rentabilidade futura dos investimentos adquiridos. (ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar (2.281 hectares com prazo de exploração entre 2013 a 2017). (iii) Refere-se ao intangível (contratos de energia elétrica) identificado no processo de aquisição de participação societária na SC, vide Nota 38. A amortização ocorrerá de acordo com as entregas previstas em contrato.

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Controladora	
				2013	2012
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,58% a.a. - pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 a Jul/20	69.305	72.199
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 5,50% a.a. - pagos no vencimento do contrato	(b)	Parcelas únicas com vencimentos em Abr/13 a Dez/13	30.556	20.139
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 3,53% a.a. - pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/13 a Fev/17	11.586	21.472
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 4,37% a.a. - pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/13 a Jan/23	60.951	36.560
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a. - pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencimento final em Out/25	64	69
Nota de Crédito a Exportação	Variação 100,05% CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos dos contratos	(g)	Parcelas únicas com vencimentos em Mai/13, Mai/14, Jun/15, Jun/16 e Mai/17	319.557	109.392
Leasing	Taxa pré-fixada de 9,74% a.a. - pagos mensalmente	(f)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/13 a Dez/15	2.802	242
FINEM DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,82% a.a. - pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/23	25.399	14.966
FINEM DIRETO	Taxa pré-fixada de 5,73% a.a. - pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/13 a Abr/21	135.916	62.177
FINEM DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 1,40% a.a. - pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/13 a Mar/21	15.011	13.001
PRORENOVA	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,90% a.a. - pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/13 a Fev/19	45.835	
Em moeda estrangeira:					

(b) Contratos a termo de moeda estrangeira (NDF balcão - Cetip):

Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$	Controladora - 2013	
							Valor justo a pagar - R\$	Efeito a pagar - R\$
abr/13	Vendida	44.272	2,0466	90.607	1.456	1.456		
mai/13	Vendida	33.940	2,0681	70.192	1.336	1.336		
jun/13	Vendida	8.549	2,0935	17.897	470	470		
jul/13	Vendida	52.481	2,0943	109.912	2.438	2.438		
ago/13	Vendida	60.975	2,1150	128.960	3.374	3.374		
set/13	Vendida	30.490	2,1275	64.865	1.720	1.720		
out/13	Vendida	36.463	2,1405	78.052	2.127	2.127		
nov/13	Vendida	33.652	2,1446	72.169	1.689	1.689		
dez/13	Vendida	24.440	2,1651	52.912	1.456	1.456		
jan/14	Vendida	24.298	2,1724	52.787	1.346	1.346		
fev/14	Vendida	12.618	2,1705	27.389	542	542		
mar/14	Vendida	1.317	2,1475	2.828	14	14		
abr/14	Vendida	1.745	2,1571	3.765	19	19		
mai/14	Vendida	1.116	2,1677	2.419	12	12		
ago/14	Vendida	14.880	2,1608	32.152	(446)	(446)		
ago/15	Vendida	14.880	2,2955	34.158	(718)	(718)		
							16.835	
							396.116	

Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$	Consolidado - 2013	
							Valor justo a pagar - R\$	Efeito a pagar - R\$
abr/13	Vendida	44.272	2,0466	90.607	1.456	1.456		
mai/13	Vendida	33.940	2,0681	70.192	1.336	1.336		
jun/13	Vendida	9.257	2,0963	19.406	529	529		
jul/13	Vendida	54.429	2,0961	114.088	2.604	2.604		
ago/13	Vendida	61.297	2,1152	129.657	3.404	3.404		
set/13	Vendida	30.490	2,1275	64.865	1.720	1.720		
out/13	Vendida	39.682	2,1423	85.014	2.351	2.351		
nov/13	Vendida	33.652	2,1446	72.169	1.689	1.689		
dez/13	Vendida	24.440	2,1651	52.912	1.456	1.456		
jan/14	Vendida	24.298	2,1724	52.787	1.346	1.346		
fev/14	Vendida	12.618	2,1705	27.389	542	542		
mar/14	Vendida	1.881	2,1818	4.102	76	76		
abr/14	Vendida	1.745	2,1571	3.765	19	19		
mai/14	Vendida	1.116	2,1677	2.419	12	12		
ago/14	Vendida	14.880	2,1608	32.152	(446)	(446)		
ago/15	Vendida	14.880	2,2955	34.158	(718)	(718)		
							17.376	
							402.877	

Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$	Controladora - 2012	
							Valor justo a pagar - R\$	Efeito a pagar - R\$
abr/12	Vendida	6.708	1,8529	12.430	203	203		
mai/12	Vendida	2.000	1,7280	3.456	(220)	(220)		
jun/12	Vendida	6.500	1,7762	11.546	(468)	(468)		
jul/12	Vendida	20.416	1,7804	36.348	(1.585)	(1.585)		
ago/12	Vendida	54.336	1,8192	98.850	(2.714)	(2.714)		
set/12	Vendida	40.792	1,8459	75.304	(1.440)	(1.440)		
out/12	Vendida	45.646	1,8397	83.980	(2.333)	(2.333)		
nov/12	Vendida	35.600	1,8473	65.872	(1.917)	(1.917)		
dez/12	Vendida	28.127	1,8871	53.080	(694)	(694)		
jan/13	Vendida	25.667	1,8893	48.493	(813)	(813)		
fev/13	Vendida	11.180	1,8790	21.007	(571)	(571)		
mar/13	Vendida	8.500	1,9017	16.166	(320)	(320)		
abr/13	Vendida	2.500	1,9182	4.796	(77)	(77)		
mai/13	Vendida	5.000	1,9545	9.772	(36)	(36)		
ago/13	Vendida	14.880	2,0296	30.200	452	452		
ago/14	Vendida	14.880	2,1608	32.152	152	152		
ago/15	Vendida	14.880	2,2955	34.158	(28)	(28)		
							(12.409)	
							337.672	

Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$	Consolidado - 2012	
							Valor justo a pagar - R\$	Efeito a pagar - R\$
abr/12	Vendida	6.740	1,8521	12.483	199	199		
mai/12	Vendida	2.032	1,7274	3.510	(225)	(225)		
jun/12	Vendida	7.739	1,7918	13.867	(450)	(450)		
jul/12	Vendida	21.655	1,7855	38.665	(1.584)	(1.584)		
ago/12	Vendida	54.529	1,8195	99.214	(2.709)	(2.709)		
set/12	Vendida	40.872	1,8462	75.458	(1.431)	(1.431)		
out/12	Vendida	46.065	1,8400	84.760	(2.342)	(2.342)		
nov/12	Vendida	35.901	1,8478	66.336	(1.916)	(1.916)		
dez/12	Vendida	28.610	1,8881	54.019	(682)	(682)		
jan/13	Vendida	25.667	1,8893	48.493	(813)	(813)		
fev/13	Vendida	11.937	1,8853	22.505	(542)	(542)		
mar/13	Vendida	8.500	1,9017	16.165	(320)	(320)		
abr/13	Vendida	2.500	1,9182	4.795	(77)	(77)		
mai/13	Vendida	5.000	1,9545	9.773	(36)	(36)		
ago/13	Vendida	14.880	2,0296	30.200	452	452		
ago/14	Vendida	14.880	2,1608	32.153	152	152		
ago/15	Vendida	14.880	2,2955	34.157	(28)	(28)		
							(12.352)	
							342.387	

As contrapartes dos contratos a termo de moeda estrangeira são as instituições financeiras: America Merrill Lynch, Citibank, Rabobank, Bradesco, Santander, HSBC, Itaú BBA, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Morgan Stanley, BTG Pactual, Votorantim, Barclays e Credit Agricole Brasil.

(c) Contratos a termo de açúcar "sugar 11" (NDF balcão - Cetip):

Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (€/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$	Controladora - 2013	
							Valor justo a receber (pagar) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
abr/13	Vendida	635	21,03	26.902	4.813	4.813		
jul/13	Vendida	1.205	20,98	50.909	8.910	8.910		
out/13	Vendida	1.120	20,96	47.276	7.064	7.064		
							20.787	
							2.960	

Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (€/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$	Consolidado - 2013	
							Valor justo a receber (pagar) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
abr/13	Vendida	635	21,03	26.902	4.813	4.813		
jul/13	Vendida	1.350	21,04	57.944	10.162	10.162		
out/13	Vendida	1.217	21,07	52.134	7.968	7.968		
mar/14	Vendida	40	23,54	2.137	407	407		
mar/14	Comprada	32	22,47	1.632	(248)	(248)		
abr/14	Vendida	8	23,51	427	78	78		
mai/14	Comprada	8	21,66	393	(44)	(44)		
							23.136	
							3.290	

Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (€/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$	Controladora - 2012	
							Valor justo a receber (pagar) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
abr/12	Vendida	282	26,94	13.846	1.283	1.283		
jul/12	Vendida	745	25,69	34.870	2.833	2.833		
out/12	Vendida	300	24,53	13.409	402	402		
							4.518	
							1.327	

Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (€/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$	Consolidado - 2012	
							Valor justo a receber (pagar) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
abr/12	Vendida	282	26,94	13.846	1.283	1.283		
jul/12	Vendida	1.072	25,48	49.766	2.849	2.849		
out/12	Vendida	627	24,75	28.281	416	416		
							4.548	
							1.981	

As contrapartes dos contratos a termo de açúcar "sugar 11" são as instituições financeiras: Citibank, Macquarie, Rabobank, Deutsche Bank, Barclays, ItaúBBA e Votorantim

(d) Contratos de swap - dólar x CDI (balcão - Cetip):

Vencimento	Posição	US\$ (000)	Valor base - R\$	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$	Controladora - 2013	
								Valor justo a pagar - R\$	Efeito a pagar - R\$
abr/13	USD 10.000	18.920	USD + 0,9%	93,8% do CDI	147	147			
mai/13	USD 10.000	19.416	USD + 1,2%	94,2% do CDI	(193)	(193)			
nov/13	USD 1.449	2.469	1,95%	5,0941%	(82)	(82)			
mar/15	USD 50.000	91.280	Libor 6M + 3,0%	USD + 3,85%	(578)	(578)			
jun/15	USD 75.000	137.355	Libor 6M + 1,5%	USD + 2,36%	(766)	(766)			
set/15	USD 5.473	11.089	Libor 1M e 10M	USD + 0,87%	(90)	(90)			
set/15	USD 4.829	8.608	Libor 6M	USD + 1,43%	(145)	(145)			
dez/15	USD 6.548	11.673	Libor 6M	USD + 1,35%	(208)	(208)			
dez/15	USD 2.897	5.172	Libor 6M	USD + 1,22%	(75)	(75)			
ago/16	USD 4.829	9.827	Libor 6M	0,9775%	(96)	(96)			
set/16	USD 100.000	183.140	Libor 6M + 2,5%	USD + 3,6%	(2.730)	(2.730)			
mai/17	USD 80.000	165.736	CDI	USD + 5%	(6.857)	(6.857)			
mar/18	USD 6.439	13.065	Libor 6M	USD + 1,06%	(134)	(134)			
jul/18	USD 10.014	20.840	Libor 1M	USD + 0,65%	(22)	(22)			
							(11.829)		
							1.133		

Vencimento	Posição	US\$ (000)	Valor base - R\$	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$	Consolidado - 2012						
								Valor justo a pagar - R\$	Efeito a pagar - R\$	Valor justo a pagar - R\$	Efeito a pagar - R\$			
abr/12	USD 20.000	(37.000)	85% do CDI	USD + 1,55%	(1.133)	(1.133)								
nov/12	USD 966	1.646	+ 17,0%	USD + 5,15%	(47)	(47)								
nov/13	USD 2.897	4.939	Libor 6M	USD + 5,09%	(188)	(188)								
set/15	USD 4.829	8.608	Libor 6M	USD + 1,43%	(63)	(63)								
dez/15	USD 6.548	11.673	Libor 6M	USD + 1,35%	(82)	(82)								
dez/15	USD 2.897	5.172	Libor 6M	USD + 1,22%	(30)	(30)								
							(1.543)							

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados acima possui previsão de realização para as seguintes telas/ períodos:

Vencimento	Controladora em 31 de março de 2013			
	mai/13	jul/13	out/13	mar/14
MERCADORIAS				
Derivativos designados para hedge				
Valor justo dos futuros comprados - açúcar	(373)	(240)	(68)	(681)
Valor justo dos futuros vendidos - açúcar	8.832	14.448	12.495	539
Valor justo das NDFs vendidas - açúcar	4.813	8.910	7.064	20.787
	13.272	23.118	19.451	539

Opções de açúcar

(b) Agro Pecuária Boa Vista S.A.

Preço de compra considerado

Valor pago em 21 de novembro de 2011

Valor presente da parcela paga em 18 de novembro de 2012

Valor presente da parcela a ser paga em novembro de 2013

Contraprestação total

(-) Valor justo dos ativos

identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber de clientes

Tributos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imobilizado (principalmente terras)

Demais ativos

Empréstimos e financiamentos

Tributos parcelados

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Demais passivos

Valor total dos ativos e passivos da investida

Participação adquirida

(=) Investimento - proporção do valor dos ativos

adquiridos e passivos assumidos

(=) Ágio na aquisição

Os custos relacionados com a transação estão representados por comissões, despesas com advogados e intermediários e totalizaram R\$ 1.684, registrados no resultado do exercício findo em 31 de março de 2012. **38.2. Mirtilo Investimentos e Participações S.A.**

Formação do preço de compra

22.929

21.626

20.753

65.308

Valores contábeis

144

5.241

13.162

27.911

316.027

4.947

(17.089)

(22.160)

(81.155)

(3.749)

243.279

105.777

17,97%

144

5.241

13.162

29.144

479.921

4.947

(17.089)

(22.160)

(136.879)

(7.375)

349.056

17,97%

("Mirtilo") - Em 14 de março de 2013, a Companhia concluiu a operação de aquisição da totalidade das ações da Mirtilo Investimentos e Participações S.A., pelo valor de R\$ 196.500. A Mirtilo foi constituída especificamente para a operação envolvendo a compra de determinados direitos e obrigações da Usina São Carlos referentes a 1.850.000 toneladas de cana-de-açúcar, nos termos divulgados em fato relevante em 17 de dezembro de 2012 (data da aprovação da operação pelo Conselho de Administração da Companhia). A cana-de-açúcar proveniente da Usina São Carlos encontra-se a uma distância de 30 quilômetros da principal unidade produtora do Grupo, a Usina São Martinho, apresentando significativa sinergia na área agrícola e potencial de diluição de custos, inclusive industriais, de absoluta relevância para a Companhia.

Preço de compra considerado

Valor pago em 14 de março de 2013

Valor atual da parcela ser paga em 14 de março de 2014

Valor atual da parcela ser paga em 14 de março de 2015

Contraprestação total

(-) Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos

e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo biológico

Valor total dos ativos da investida

Participação adquirida

(=) Investimento - proporção do valor dos ativos adquiridos

(=) Ágio na aquisição

Os valores contábeis registrados na Mirtilo na data de aquisição já estavam calculados

Formação do preço de compra

176.850

9.825

9.825

196.500

Valores contábeis

1

6.967

37.799

44.767

100,00%

44.767

151.733

a valor justo.

38.3. Contas a pagar - Aquisição de participações societárias

	SC	ABV	Total
Valor presente da contraprestação total	102.764	65.308	168.072
Pagamento realizado em 21 de novembro de 2011	(36.081)	(22.929)	(59.010)
Pagamento realizado em 18 de novembro de 2012	(37.942)	(24.113)	(62.055)
Apropriação de ajuste ao valor presente	9.142	5.810	14.952
Total a pagar SC e ABV	37.883	24.076	61.959

102.764

(36.081)

(37.942)

9.142

37.883

Contraprestação total

Pagamento realizado em 14 de março de 2013

Atualização monetária

Total a pagar Mirtilo

Total do contas a pagar - Aquisição de participações societárias

Representado por:

Passivo circulante

Passivo não circulante

Os pagamentos da aquisição das participações societárias na SC e na ABV foram estabelecidos em três parcelas anuais. No ato da aquisição da Mirtilo, a Companhia realizou o pagamento de 90% da contraprestação. Os 10% restantes serão pagos em duas parcelas anuais, com vencimentos em março de 2014 e 2015, atualizados monetariamente. **39. Eventos subsequentes** - Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2013, foi aprovada a incorporação do acervo líquido da Mirtilo e consequente extinção da empresa. Todos os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades da Mirtilo, passam automaticamente à Companhia, na qualidade de sucessora, em caráter universal independentemente de quaisquer outras formalidades.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**DIRETORIA****MANOEL DE MOURA SILVA FILHO - CONTADOR - CRC 1SP 215551/O-2****Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**Aos Administradores e Acionistas da **São Martinho S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado" ou "Grupo") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e suas controladas

em 31 de março de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase** - Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da São Martinho S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos - Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado** - Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 24 de junho de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Maurício Cardoso de Moraes
Contador
CRC 1PR035795/O-1 "T" SP